

PRESERVAÇÃO E FOMENTO À PESQUISA ARQUEOLÓGICA A ATUAÇÃO DO IBPC* NO MATO GROSSO

*Maria Lucia F. Pardi***

RESUMO: Fornece-se um panorama geral do estado e dos traços de seu patrimônio, mais voltado à memória indígena e negra e à questão natural e arqueológica. De forma planejada e integrada, a representação do IBPC desenvolveu ações e atividades, como a melhor conceituação, a identificação e divulgação destes bens, a regularização das pesquisas desenvolvidas, o enriquecimento do cadastro, o acompanhamento da questão ambiental, Termos de Cooperação, a inserção da arqueologia em projetos de desenvolvimento, além de projetos exposições, cursos, palestras, grupos de trabalho. Contextualiza a atuação dos pesquisadores, das antigas às atuais, do processo de destruição que está em curso e da estrutura e equipamentos voltados ao apoio do profissional, procurando captar novas abordagens para esse expressivo patrimônio.

Ao chegarmos ao estado em agosto de 1987 assumimos a representação do IBPC em caráter amplo, envolvendo questões de patrimônio edificado, documentações, patrimônio natural, memória indígena e negra, bens móveis e integrados e museologia, além das áreas administrativa e infra-estrutural. Este encargo, evidentemente, nos exigiu grande esforço e investimento, restringindo as possibilidades de atuação sobre o patrimônio arqueológico.

Fisicamente isolados dos grandes centros por um longo período, o mato-grossense teve a oportunidade de assimilar, usufruir e incorporar a memória oral das culturas que se desenvolveram naquele espaço. Esta foi traduzida na sociedade contemporânea em um padrão de assentamento eficiente, que leva em conta as condições ambientais e em um perfil cultural singular, fortemente impregnado de sua memória e identidade.

* Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura.

** Arqueóloga da 9ª CR / SP / IBPC.

Exemplo disto nos é fornecido pelo próprio estado: à despeito dos quase mil imóveis tombados no centro histórico de Cuiabá, o grande valor e prioridade não estavam no legado dos processos oficiais de ocupação, mas nas paisagens naturais, nas ocorrências arqueológicas, nas manifestações culturais das populações indígenas remanescentes e das comunidades de origem africanas.

O desenvolvimento concomitante destas questões, de forma integrada, nos levou a progressos legítimos. Entretanto, todo o trabalho foi marcado por deficiências infra-estruturais como: falta de pessoal, recursos e condições precárias de veículos, estradas, informações, segurança, além das reformas efetuadas pelo processo de extinção da SPHAN / FNPM* e o nascimento do IBPC, momento em que procuramos suprir as carências através de apoio externo, buscando otimizar a interação com a comunidade aspecto que já considerávamos essencial.

Fisicamente isolados dos grandes centros por um longo período, o mato-grossense teve a oportunidade de assimilar, usufruir e incorporar a memória oral das culturas que se desenvolveram naquele espaço. Esta foi traduzida na sociedade contemporânea em um padrão de assentamento eficiente, que leva em conta as condições ambientais e em um perfil cultural singular, fortemente impregnado de sua memória e identidade.

Com perfil nitidamente minerário, o Mato Grosso é uma frente de expansão e desenvolvimento do Brasil, com todos os conflitos inerentes à estas fronteiras, como a questão da destruição do meio ambiente, dos garimpos ilegais, dos conflitos de terras, e com grupos indígenas, etc... O estado possui ainda um patrimônio cultural e natural extremamente rico desde sua parcela de cerrado e amazonia às expressões únicas como o pantanal e a Chapada dos Guimarães. Grandes extensões virgens, complexos espeleológicos, serras calcáreas, áreas tradicionais ainda habitadas por grupos autóctones (alguns, ainda sem contato com a sociedade nacional) garantem a presença de sítios arqueológicos em boas condições de preservação, principalmente para abordagens etnoarqueológicas.

Por toda parte proliferam as informações, até fotografadas, sobre cavernas, desenhos, pinturas, lajes, urnas, aterros, esqueletos, assim

* Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró-Memória.

como também são abundantes as informações sobre a destruição já efetuada e material coletado aleatoriamente. Em algumas cidades, peças arqueológicas são dadas como souvenir aos visitantes, além da sua reintegração de funcionalidade como segurar portas e papéis, amassar temperos, portar velas, fazer artesanato, decorar paredes integrados à argamassa, ou até em pequenas exposições com identificações das mais criativas.

Alguns sítios com arte rupestre já são conhecidos internacionalmente, além de serem objeto de cartões postais, fotos profissionais vendidas às agências, materiais publicitários, documentários e até capa de livro didático, de tal forma a comunidade deles se apropriou. A maioria das cidades têm em meio à seus personagens eméritos o informado e popular colecionador destes objetos.

Um estado com tal diversidade fisiográfica está naturalmente predisposto à riqueza cultural, mas basicamente apenas a porção sul-sudoeste tinha sido alvo de trabalhos profissionais, possibilitando uma visão incompleta do seu patrimônio arqueológico. Na Chapada dos Guimarães, por exemplo, 95% dos sítios conhecidos, cadastrados ou não, eram de abrigo sob rocha com petróglifos, à despeito de outras classes de sítio que lá ocorrem. A amazônia mato-grossense e o pantanal, oficialmente não tinham registros pré-coloniais pela simples falta de pesquisa.

Embora os artefatos e vestígios fossem encontrados e as pessoas até tivessem uma noção do que se tratasse, o desconhecimento da legislação¹ e dos órgãos responsáveis propiciou que a destruição involuntária (por vezes bem-intencionada), grassasse. Temos exemplos deste quadro nas lavouras e nas obras públicas e particulares, desde os aterros das fazendas de Poconé e Cáceres até a própria construção do Palácio Paiaguas, a atual sede de governo em Cuiabá.

Dos garimpos chegam informações sobre achados paleontológicos, fogueiras associadas com pontas de projéteis de madeira e machados a 5 metros de profundidade sob áreas florestadas, a descoberta de crânios humanos fossilizados que se despedaçaram em virtude de um jogo de futebol onde eles foram usados como bola, etc... Em resumo, a atuação nesta área ainda hoje é feita por pessoas de diferentes

1. Lei 3924/61 e Portaria SPHAN 07/ 88 que dispõem sobre a questão arqueológica.

qualificações, desde o viajante Herbert Baldus² em 1.937, passando por Ramis Bucair, (que tem publicação na revista *American Antiquity*³ e mantém o “Museu de Pedras”) e exploradores como Jean Perie⁴, que em função de muita publicidade passou por profissional envolveu inúmeras pessoas no Projeto Aurora.

As abordagens profissionais começaram com as prospecções de Simões no Xingú pelo PRONAPA entre 1.965 e 70, Beltrão em 1.971 com as “Pinturas e Gravuras Rupestres do Mato Grosso”⁵ e o Padre J. Afonso de Moraes Passos na Serra da Rapadura.

De 1.972 a 1.977, Eurico Theófilo Miller, através do PROPA (Programa Paleo-indígena) pesquisou o Abrigo do Sol⁶ no vale do Rio Guaporé – Chapada dos Parecis. Estabelecendo o “Complexo Dou-rados” – com datações seqüenciais de 8.930 \pm 100 a mais de 14.700 \pm 195 a.P. em uma escavação inacabada que deixou sob suspeição uma datação de 25.000. Após as descobertas do Piauí, da ordem de 58.000 anos, estes dados passaram a ter credibilidade, inserindo o Mato Grosso na problemática de interesse internacional sobre as rotas de migração usadas para a entrada do Homem na América. A importância desta área também foi atestada por Guidon e Pessis em 1.970 no “Relatório da Missão de Prospecção Realizada em Agosto de 1.970 no Parque Arqueológico do Alto Guaporé”⁷, à pedido da SPHAN.

Por volta de 1.973, o naturalista Lehel de Silimon assumiu a CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso) e em função do número de aparecimentos de sítios arqueológicos elaborou um programa e cadastrou onze sítios.

Em 74 a arqueóloga Fernanda de Araújo Costa, através da CO-

2. “As Pinturas Rupestres de Sant’Ana da Chapada (Mato Grosso) - Revista do Arquivo Municipal do, nº 40, Departamento de Cultura SP, p. 5-14.
3. Resumo no volume 50, nº 01 (p. 175), 1985.
4. “Decouverte des sites Rupestres et de Materiel Lithique dans le Mato Grosso au Brasil”. 1979. Paris - França. Raport com 85 pp.
5. Revista Cultural do Ministério de Educação e Cultura.
6. “Pesquisas Arqueológicas no Sítio MT - GU - 1º Abrigo do Sol - Mato Grosso - Brasil - Relatório Preliminar 1.978 e “Paleoíndio al sur de Equador” - Estudos Atacameñas nº 8.
7. Arquivo da 8º DR/ BSB/ SPHAN/ Pró-Memória nº 27 - Brasília FNPM/ SPHAN/ MinC.

DEMAT e do Museu das Monções, realizou prospecções, cadastrou dezessete sítios, escavou e analisou material, cuja documentação e materiais estão atualmente sob a guarda e curadoria da Fundação de Cultura e Turismo do Mato Grosso(FUNCETUR).

Em 82 iniciou-se a pesquisa pioneira de Irmhild Wust com o “Projeto Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço, MT” que forneceu dados para a pesquisa de certos aspectos da ocupação pré-colonial da região e algumas hipóteses sobre sistemas e processos culturais. Detectou o assentamento de antigos caçadores e coletores da tradição Itaparica (entre 11.000 e 8.500 anos B.P.), de caçadores e coletores recentes (de 3.470 \pm 75 à 2110 \pm 75 B.P.) que foram submetidos a um processo de neolitização com cultivo de mandioca de origem amazônica (de 1.150 \pm 60 a 595 \pm 95 B.P.). Tiveram ainda contato com grupos da tradição Tupiguarani por volta de 1090 \pm 75 B.P. e finalmente, a ocupação Bororo em parte da área⁸.

O casal Vialou, juntamente com os coordenadores do MAE / USP em missão franco brasileira, estão desenvolvendo nas áreas de Ferraz Egreja (Rondonópolis) e Santa Elina (Jangada) o projeto “Pré-História e Paleoambiente Brasileiro em Mato Grosso”. Foram cadastrados mais de 20 sítios, que remontam a fins do pleistoceno, inclusive com associação com a megafauna. Em abrigos de épocas mais recentes estão sendo estudados ocupações cerâmicas área de expressiva e diversificada arte rupestre, na qual está sendo utilizada a luz ultra-violeta para tratamento e posterior análise.

Em 1.987 a 14^a Coordenação Regional da SPHAN / FNPM em Brasília financiou o “Projeto Revisão / Atualização do Cadastro SPHAN de Sítios Arqueológicos do Mato Grosso” em convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso – U.F.M.T. através do Museu Rondon. Durante seis meses a arqueóloga Cristina Costa Miranda se empenhou em implantar um núcleo de arqueologia no estado, tendo encontrado, entretanto, dificuldades que foram desde o estranhamento deste tipo de trabalho junto Ao Museu Rondon e à estrutura da universidade até a própria dificuldade de re-localização dos sítios, tendo sido subaproveitado e, finalmente, tido seus objetivos comprometidos.

8. “Aspectos da Ocupação Pré-Colonial em uma Área Nuclear Bororo entre os Rios Vermelho e Garças - MT”. *Dédalo*, sv, pub. avulsa, 1^a 161-171, 1.989.

No mesmo ano deu entrada o “Projeto Etnoarqueológico Karajá - Ilha do Bananal” coordenado pelo mestrando da UnB Manoel Ferreira Lima Filho. Iniciou-se com uma abordagem arqueológica, cadastrou 4 sítios e posteriormente foi desenvolvido com ênfase na antropologia.

Assumimos assim em 1987 preocupados em obter uma visão geral do patrimônio conhecido, da demanda existente, da estrutura e equipamento disponíveis para fazer um diagnóstico que permitisse montar um programa de trabalho com o planejamento de ações coordenadas que pudessem ser executadas formal ou informalmente, mas de maneira a fundamentar e viabilizar o desenvolvimento da preservação dos bens arqueológicos regionais.

Sem contar com instituições de pesquisa especializadas e tampouco com profissionais habilitados, tivemos que tratar da questão de forma mais ampla ficando claro que deveríamos continuar fazendo gestões para a criação de um setor de arqueologia no estado, assim como para *formar pessoal local* necessitando para isto de colaboração externa. Assim, a obtenção de dados adquiriu também o sentido de identificar e divulgar este patrimônio, fornecendo-lhe mais visibilidade, de forma a obter o envolvimento da comunidade, obter um mínimo apoio financeiro e atrair os arqueólogos, entre outros.

Iniciou-se a abordagem com um esforço para *reciclar o conceito vigente sobre a arqueologia*, de uma atividade diletante, aventureira e colecionista em direção à atividade profissional da ciência humana no qual atualmente ela se constitui. Expos-se também a possibilidade dela ser desenvolvida como um instrumento de resgate e produção de conhecimento, que pode e deve subsidiar o desenvolvimento contemporâneo em várias áreas.

Em um período em que a Casa só trabalhava com *projetos internos*, pré-orçados, e com cronogramas definidos apresentou-se a necessidade de retorno à sistemática de uso dos fundos permanentes, para atendimento da demanda externa (como denúncias) por exemplo, representando atividade constante.

Identificamos, implantamos e executamos o *gerenciamento* do patrimônio, nos furtando á prática do desenvolvimento de projetos pontuais e escavações, para coordenar, fomentar e executar ações de preservação. Além da *demanda externa* (de arqueólogos, empresas, particulares, etc.) necessitavam ser atendidos questões técnicas que

apenas o IBPC (por possuir o único especialista do estado) tinha condições e a responsabilidade de detectar, e divulgar e tomar as providências necessárias .

Procurando-se fortalecer uma política maior de *descentralização*, auxiliando e estimulando os municípios a identificar e assumir a gestão de seus bens, desde a questão da guarda local do acervo que possuíam, com a necessária estruturação para a guarda (como em Vila Bela da Santíssima Trindade, Chapada dos Guimarães, Rondonópolis, Cáceres, entre outros).

Dentre as atribuições do IBPC, demos também prioridade na regularização das pesquisas em andamento, conforme os termos da Lei 3924 e da Portaria SPHAN 07/88. Demos atendimento à inúmeras denúncias e verificamos diversas informações, prospectando em todas as oportunidades, propiciadas ou casuais, visando manter o *cadastro atualizado*, minimizando suas distorções, depois de ter informalmente estabelecido *Áreas de Interesse Arqueológico*.

Nossas atividades de *atualização e manutenção deste cadastro* estavam sobretudo voltadas para buscar uma feição que fosse mais representativa do patrimônio mato-grossense, refletindo a diversidade de evidências que possui e nos seus diferentes tipos de ambiente.

Entretanto, a falta de suporte financeiro impediu a realização deste trabalho de forma mais ampla e sistemática através do projeto de cadastramento que propusemos junto aos nossos Planos de Trabalho anuais.

Além de tudo o cadastro continha uma diversidade muito grande de modelos de fichas de registro, na maioria das vezes incompletas, inclusive sem assinatura (aspecto grave pois elimina seu valor como documento legal). Incompletas ou insuficientes no que diz respeito principalmente ao acesso aos sítios, onerando ou inviabilizando vistas de acompanhamento ou mesmo registros mais recentes com o apoio da tecnologia, onde o uso do GPS (Global Positioning System, aparelho de navegação) poderia nos fornecer, coordenadas geográficas precisas .

Haviam ainda registros duplos feitos por pesquisadores que desconheciam trabalhos anteriores, fornecendo novos nomes e siglas aos sítios. Algumas fichas não dão condições sequer de garantir este cadastramento dos sítios. A maioria das fichas não contém croquis, planta baixa, cortes, fotos ou outros elementos mínimos de registro.

Conta-se ainda com material arqueológico obtido de locais que

não foram registrados, mesmo provindo de prospecções e escavações tecnicamente habilitadas. Em resumo, este quadro reflete o amadorismo e casualismo de um período onde não houve percepção da necessidade de maior apoio, atenção e participação nas ações de preservação arqueológica, agravada pela ação amadora tanto qualitativa quanto quantitativamente.

Entretanto, é importante observar que um estado que não possuía arqueólogos detinha o registro da existência dos sítios, os quais são protegidos por lei e representam um contingente muito maior do que aquele que os arqueólogos conseguirão pesquisar, desta forma, não há como corroborar com algumas considerações de profissionais, que só consideram um local como sítio, a partir do momento em que ele foi pesquisado, ou seja, instaurado pelo arqueólogo. Concordamos que depois de preservadas amostragens para as gerações futuras e para aguardar o avanço tecnológico, os sítios ganham sua expressão máxima ao serem pesquisados. Mas nada substitui sua proteção física, porque ela efetivamente existe no registro, independente da existência de qualquer profissional (os quais datam apenas de um século atrás) e também em função da relação que a comunidade mantém com eles.

Procuramos portanto resgatar o máximo de informações possíveis para aqueles registros, compondo a parte que nos tocava do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (art. 26 - Lei 3924 / 61) do país. Alguns pesquisadores e amadores ainda acessíveis foram contatados para esclarecer e complementar dados, preenchemos novas fichas a partir de relatórios e referências sobre antigos sítios “, conhecidos por qualquer via”, conforme rege o art. 27 (3924 / 61). Vistoriamos e revisitamos locais importantes, que puderam ser localizados em fotos aéreas, (como o Abrigo do Sol) por exemplo e cadastramos o que já era popularmente reconhecido e atribuído às mais diversas procedências.

Como resultado de todas estas atividades, foi sendo naturalmente montada a “Coleção Didática de Peças Arqueológicas do ET / MT / SPHAN”. Esta possui peças obtidas de amadores e populares e em coletas diretas durante nossas ações, onde procurávamos pegar uma quantidade mínima de peças diversificadas de cada tipo de material (raramente excedendo uma dezena), além de reunir o que já havia com os moradores locais. Atualmente esta coleção possui 1.263 peças, limpas, numeradas, catalogadas e descritas, sendo 750 obtidas de ter-

ceiros e 550 de cadastramentos diretos do ET/MT Fizemos ainda a amarração destas peças com as fichas de cadastro dos respectivos sítios de origem, de forma que as peças remetem ao catálogo, o catálogo à ficha de cadastro e esta às peças, como forma de otimizar a documentação.

Este cadastro foi aprimorado e desenvolvido como um instrumento para o gerenciamento do patrimônio, no sentido de ter maior possibilidade de verificar especialmente as áreas mais intensamente pesquisadas ou sem qualquer tipo de abordagem; para planejamento de novas ações diretas ou indiretas; para observar e testar a incidência de determinados tipos de sítios em determinados tipos de ambientes, subsidiar o gerenciamento de coleções de forma temática, e responder consultas de empresas e outras instituições, etc.

Infelizmente seu potencial de estudos está mais reduzido ainda pela diversidade de modelos de ficha os quais raramente contemplam as informações básicas para a preservação. Outro agravante é a falta de padronização da terminologia sequer pelo critério morfológico, (que constitui o único comum a todos, quaisquer que sejam os objetivos, problemas ou abordagens teóricas dos projetos ou ações). Esse problema de classificação está refletido na tabela abaixo que advem da simples apuração numérica destes dados. Ela foi elaborada respeitando as definições e citações do autores das fichas, visando informar e ilustrar a questão. Desta forma, é fundamental que para otimização da preservação destes bens, tenhamos um modelo universal de ficha de registro, com os dados convencionados já contemplando seu uso informatizado para ser amplamente utilizada.

Como dados genéricos obtidos, para informar e ilustrar as observações feitas, apresentamos a tabela a seguir, obtidos respeitando as definições e citações dos autores das fichas

Até 1.950 o cadastro já possuía 85 sítios. Do número total citado, 60 advém de cadastramentos diretos do ET / MT e 71 de projetos que conseguimos fomentar. De forma geral os 331 sítios, ainda que faltem chegar alguns relatórios, não fazem justiça ao patrimônio realmente existente. Isto se pode afirmar com base no potencial observado, nas informações sobre a destruição e a existência de sítios e o número e a expressividade das coleções em mãos de particulares.

Com o intuito de oficializar, assimilar e gerenciar estes dados foram criados ações e mais dois instrumentos de trabalho; o "Fichário

de Informações sobre Sítios Arqueológicos” que, organizado por município, tem servido de apoio às vistorias de campo e incremento ao cadastro, contando hoje com aproximadamente 93 registros; e a “Ficha de Catalogação de Peças Arqueológicas” para registro de material coletado aleatoriamente, ou obtido de terceiros sob a guarda provisória de particulares, como os dois esqueletos quase completos encontrados em caverna da Chapada dos Guimarães com os ossos pintados de ocre vermelho e recobertos de penugem, ou as abundantes coleções de machados observados em inúmeros locais, ou ainda as peças obtidas dos barrancos de rios em função de mineração, garimpo, etc... Este trabalho estava recém começado e conta com um reduzido número de fichas e peças (9 no total, com aproximadamente 80 peças).

TIPOS DE SÍTIOS	Nº	TIPOS DE VESTÍGIOS	Nº
Históricos	10	Cerâmica	165
Cerâmicas a céu aberto	35	lítico	163
Habitação / aldeia	40	petroglifo	81
Lítico a céu aberto	33	pictoglifo	16
Aterro	11	enterramento	14
Caverna / Gruta	12	Material ósseo faunístico e odontológico	9
Abrigo	54	restos alimentares (moluscos predominantemente)	10
Petroglifo / Pictoglifo	46	vegetais (carvão predominantemente)	2
Cemitério	2	Adornos	3
Líticos e Cerâmicos a céu aberto	55	fogueiras	1
Etnoarqueológicos*	6	amoladores e pilões fixos	7
não definidos / sem acesso às informações			
TOTAL	331	corantes	4
		estruturas	7

* classificação informal que fizemos para registrar e enquadrar locais recentes como cemitérios, acampamentos e outros locais abandonados, de origem indígena, que foram informados e identificados ainda pela memória oral do grupo, mas que não contam com pesquisas arqueológicas ou antropológicas. Não constitui proposta de nova denominação, mas uma solução administrativa para fornecer mais informações aos registros

Refletimos sobre a necessidade e importância de se ter um mapeamento com todos os sítios e ocorrências plotados, para auxiliar a percepção espacial de sua distribuição, cujo número do ponto corresponderia Ao da ficha de cadastro, facilitando diversas leituras e recortes para pesquisa sobre o potencial de Areas de Interesse Arqueológico, por exemplo, responder às consultas, cruzar com dados bibliográficos, etc.

Entretanto, ficou-nos bastante claro que estes mapas consistiam instrumento de trabalho interno, acessíveis apenas a pessoal especializado e engajado na preservação e pesquisa. As demais empresas e órgãos que necessitem de informações, pareceres, expertizes, levantamentos, etc. o devem fazer através da contratação de pessoal especializado, pois não se pode ignorar que principalmente nas frentes de expansão os interesses econômicos sobrepõem os culturais. Mesmo nestes casos, devemos ter todos os escrúpulos devido ao fato da atividade da arqueologia estar se afastando do dilettantismo apaixonado para também ser exercida empresarialmente, à semelhança de diversos países. Isto, necessariamente, altera valores e eixos de referência, para harmonizar as condições de trabalho, prazos, verba, etc.

Integramos a estas atividades de rotina, como ação preventiva à preservação e como fomento à pesquisa, a sistemática de acompanhamento da questão ambiental junto a SEMA / MT, a qual se mostrou decisiva neste aspecto. As análises de EIA'S e RIMA'S, Planos de trabalho, participação em Audiências Públicas, estudo de normas e critérios para aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e a realização de vistorias conjuntas, acabaram resultando na proposição e assinatura de um Termo de Cooperação Mútua. Este, entretanto, não foi dada continuidade em função da extinção da SPHAN.

À despeito da oficialização, as gestões conseguiram popularizar a legislação arqueológica e os tipos de empreendimento potencialmente mais envolvidos, inserindo a arqueologia na "Instrução Normativa para Condução de Estudos de Impacto Ambiental - RIMA" como pré-requisito de forma habitual, buscando a inserção do trabalho de arqueologia desde as etapas iniciais dos projetos.

Esta prática colaborou no acompanhamento dos projetos em andamento, com o "Projeto de Pesquisa de Arqueologia UHE Manso", que iniciou em 87 sob a coordenação de Maria Dulce Gaspar cadastrando 18 sítios em pelo menos 2 incursões. Estava em processo de regularização quando da paralisação das obras.

Propiciou ainda gestões, vistorias e pareceres que foram feitos junto a outros empreendimentos mas não se implantaram como a Agro-vícola Sadia Oeste na chapada dos Guimarães, a UHE 12 de Outubro na chapada dos Parecis e a Tetron Mineração em Nossa Senhora do Livramento, (este ultimo município possui comunidades rurais negras remanescentes).

Outros empreendimentos em curso de regularização chegaram a ter uma primeira e rápida vistoria de campo, sem entretanto terem tido continuidade, como a Itaituba Agro Industrial Cimento Nassau, que contratou a empresa Hexagon sob a responsabilidade do arqueólogo Fabiano Lopes de Paula em área próxima à serra do Cumpira Arara e o “Levantamento do Potencial Arqueológico UHE / Salto Apiacás - MT” (que posteriormente se desligou) da ENGEVIX. Sob a coordenação da arqueóloga Nívea Leite, este projeto estava propiciando gestões com a CEMAT (Centrais Elétricas Mato-grossenses) no sentido de firmar um Termo de Cooperação com a Fundação Cultural do Mato Grosso, com a interveniência do IBPC no sentido de montar um laboratório equipado que desse apoio às diversas equipes dos empreendimentos que deveriam ser feitos. Entretanto a falta de verbas paralisou a obra e as articulações (O EIA / RIMA concluiu que não há evidências na área de impacto direto mas registrou quase 20 informações na área de influência imediata . Todo o local possui registro de grande nmero de denúncias de destruição e colecionadores).

Outros três projetos foram autorizados e executados na integra, estando no aguardo do prosseguimento, das obras – o “Levantamento do Potencial Arqueológico da UHE Barra do Peixe” na porção mato-grossense do rio Araguaia, iniciou-se em 88 e foi coordenado por Erika Marion Robhran, obtendo o cadastramento de 29 sítios arqueológicos, entre outros

Está associado com outros dois empreendimentos, a UHE Torixorçu e a UHE Couto Magalhães. Esse ultimo citado contou com a consultoria de Solange Bezzerra Caldarelli da “SCIENTIA Consultoria Científica S/C Ltda ”(ME) para os estudos de viabilidade e o EIA, em 1989.

A “Avaliação do Potencial Arqueológico da área de Implantação da UHE (b) Salto das Nuvens, Tangará da Serra / MT” foi realizada em 88 pela “ARKHE – Arqueologia e Audio Visual S/C Ltda” com a

coordenação de Paulo A. de Blasis. Identificou-se uma ocorrência com material lítico, além de diversas fontes de matéria prima.

– “Levantamento Arqueológico na área de Implantação da UHE Juba I e II” em 90, pela mesma empresa, sob a responsabilidade de Paulo A. de Blasis e Cláudio De Lorenci, onde não foram encontrados sítios arqueológicos, tendo-se contudo recomendado a ampliação da área trabalho.

Às equipes que atuaram no estado, solicitou-se cooperação no sentido de escolher estagiários locais, realizar palestras, conceder entrevistas e, sobretudo, respeitar a necessidade e o interesse do estado em propiciar a guarda definitiva do acervo gerado.

Como apoio às atividades em desenvolvimento e devido à ausência de condições locais para preencher os requisitos mínimos da legislação, acabamos criando no próprio ET/MT uma estrutura com laboratório, equipamento de campo mínimo, biblioteca especializada e mapoteca, além da cobertura institucional que foi fornecida e os contatos com diversas instituições locais. Este espaço já foi utilizado por três equipes, até o momento.

Desta forma, e somados ao pessoal diretamente engajado no ET/MT, deu-se oportunidade para dez estagiários locais com cursos de história, geologia e arquitetura.

No intuito de divulgar a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico e a captação da demanda, a cada nova gestão política foram enviadas circulares aos prefeitos dos 86 municípios do estado, informando sobre a legislação, orientando sobre procedimentos e discutindo sobre os campos de atuação destes profissionais, solicitando ainda informações sobre sítios e colecionadores. O retorno deste contato foi pequeno, mas profícuo na medida em que seria fundamental uma abordagem cooperativa.

Continuando a difusão sobre a questão fornecemos informações para quase 20 matérias da imprensa falada e escrita, incluindo a divulgação dos trabalhos de quase todos os profissionais que atuaram no estado naquele período. Proferimos 12 palestras na Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT e em seu campus de Rondonópolis, na Fundação Cultural de Cáceres, Escola Técnica Federal, Centrais Elétricas Matogrossense – CEMAT, no salão paroquial de Chapada dos Guimarães, em universidades particulares e escolas de primeiro grau.

Participamos também na execução de de 7 cursos como o de treinamento de técnicos do INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária) na EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MT da Secretaria da Agricultura), “Curso de Especialização de Guia de Turismo em roteiros Ecológicos ”da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, (módulo I – Chapada dos Guimarães, módulo II) - Pantanal; treinamento de técnicos da SEMA/FEMA/MT para análise de EIA/RIMA’S; e na elaboração dos mini-cursos de Reciclagem/Atualização para Técnicos em Preservação Arquitetônica (dois módulos) promovidos pelo ET/MT, com o apoio da APA e IAB/MT (Associação Profissional dos Arquitetos e Instituto Brasileiro dos Arquitetos/MT), onde foi incluída a questão da Arqueologia Histórica.

Coordenamos e participamos de 5 grupos de trabalho no Âmbito do “I Seminário sobre Uso e Proteção dos Monumentos Ecológicos da Bacia do Alto Paraguai” (FEMA/SUDECO), do “Encontro Sobre Ambiente no V Festival de Inverno da Chapada dos Guimarães” (Prefeitura, SEC/MT e ET/MT), “Etnociência” no Seminário de Etnociência” (UFMT, SEMA/FEMA, ET/MT; “Semaná do Índio” NEI/MT, e “Grupo Pró Cultura de Chapada dos Guimarães” (movimento comunitário).

Participamos de três exposições temporárias: “Mostra de Arte Pré-Histórica de Mato Grosso” (UFMT, ET/MT), “Cultura Indígena” (Arteíndia FUNAI ET/MT), “A Tecnologia no Passado, Presente e Futuro” (Escola Técnica Federal, ET/MT, sob a orientação da Prof^a Luiza Helena Cuiabano) e montamos uma sala de exposição permanente no Museu Histórico de Cáceres com acervo local, discorrendo sobre orientações acerca da preservação arqueológica e com considerações sobre o potencial científico que uma pesquisa regular poderia aportar.

Procuramos integrar as equipes de pesquisa do Estado com as instituições locais, entre outros, através de iniciativas como o “Seminário de Etnociência” que congregava interesses diversos como a etnoarqueologia, a antropologia, ecologia, a etnoastronomia, etnobiologia, etc.. ou ainda o Termo de Cooperação assinado entre a Fundação Cultural do Mato Grosso (atual FUNCETUR) e a missão franco-brasileira Vialou com a interveniência do IBPC.

Propusemos e fomentamos outros dois Termos de Cooperação

que oficializariam as atividades conjuntas que estavam sendo desenvolvidas entre a FUNAI e o ET/MT e entre este e o NEI/MT. Desse Núcleo de Educação Indígena participavam além dos dois últimos citados, a Fundação Educar, o DEMEC (Delegacia do Ministério da Educação), a Coordenação de Educação para o Meio Rural, a CAIEMT (Coordenadoria de Assuntos Indígenas), o Museu Rondon da UFMT, a SEC (Secretaria de Educação e Cultura do Estado do MT e as ONG'S: CIMI (Conselho Missionário Indigenista), a OPAN (Operação Anchieta) e a Missão Salesiana.

Gestões diversas foram feitas para inserção da arqueologia em programas e projetos como o "PRODEAGRO/MT" o Mapeamento das Comunidades Rurais Negras do Mato Grosso" (UFMT), "Reordenamento da Chapada dos Guimarães" SEMA/FEMA, banco de dados informatizados da FUNAI, além do fornecimento de consultorias e assessoria para pessoas físicas e jurídicas com diversas Secretarias de Cultura e outras instituições anteriormente citadas.

Propusemos e instruímos o processo de tombamento da área do vale do Guapé na Chapada dos Parecis, que abriga o complexo cultural do sítio "Abrigo do Sol" entre outros interesses ligados à memória e identidade dos índios nhambiquara, do patrimônio natural, de beleza cênica, de espeleologia... O Processo Taihantes contou com o apoio da FUNAI; UFMT, SEMA, IBDF, GEIPECA e do Grupo Wassussu. Está em suas etapas finais de tramitação, previsto para tombamento federal em fins de 93, sendo que já foi tombado à nível estadual em 17/01/91 (Portaria n 041/90/FCMT). Durante a incursão de campo desse trabalho foram cadastrados 14 novos sítios na área.

Conseguimos suporte financeiro da própria SPHAN/FNPM para desenvolver o projeto "A Etnoarqueologia do Negro no Mato Grosso" para o qual convidamos o arqueólogo Paulo Zanettini, da "Paulo & Zanettini Assessoria Cultural e Científica - ME" fundamentado na necessidade legal de identificar os quilombos recém tombados pela Constituição Federal de 88 (Seção II, Art 215-V-parágrafo 5) e visando, entre outros, localizar o quilombo Guariter de Tereza Benguela, conforme levantamentos do historiador matogrossense Carlos Rosa Guimarães. Foi realizada a primeira etapa de campo onde cadastrou-se oito sítios históricos, incluindo dois dos sete importantíssimos arraiais de mineração de ouro, classificados pelo responsável como "A Machu

Pichu Brasileira” em matérias jornalísticas. Foi também apresentado trabalho na Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB.

Em decorrência deste trabalho, Paulo Zanettini e Solange Bezerra Caldarelli⁹ foram contratados pela Mineração Santa Elina, através da ECP Planejamento Ambiental para fornecer consultoria para o EIA/RIMA em 1990. Atualmente a empresa já apresentou o PRADE (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas) que está em tramitação na SEMA/MT. Registra-se o grande impacto causado pelas atividades mineradoras contemporâneas junto a estes arraiais e a necessidade de acompanhamento destes trabalhos, para o qual não conseguimos reunir condições em tempo hábil.

Participamos de projeto “Reordenamento de Chapada dos Guimarães” da FEM/SEMA/MT planejando e coordenando a abordagem sobre arqueologia, com apoio técnico dos arqueólogos Marisa Beltrão Malta (autonomia à serviço da FEMA) e Tércio Soares Barreto da Fundação Cultural do Mato Grosso. Integraram a equipe também os informantes e arqueólogos amadores José Guilherme Aires Lima (IBAMA) e Mário Friedlander (ARCA). Reuniu-se os dados do Cadastro/SPHAN, as vistorias do ET/MT, as realizadas pela equipe contratada (que cadastrou 6 novos sítios) e as informações orais perfazendo um total de 61 sítios existentes na área. Trabalhados em uma abordagem de preservação, produziu-se um documento de 72 pag. intitulado “Patrimônio Arqueológico de Chapada dos Guimarães – Balanço Geral e Plano de Uso” voltado e distribuído para o município e para a SEMA e IBAMA como base do gerenciamento do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O documento maior envolvendo todos os outros aspectos abordados está sendo processado pela FEMA, para posterior publicação.

Diversas incursões ao pantanal, com apoio da FEMA/SEMA, do IBAMA e dos fazendeiros locais, como os Srs. Oswaldo Cid, Zelito Dorileu, Sr. Atalo Gonçalo G. de Arruda e Sra. Atamis Morais de Arruda, D. Maria Pinto, Sr. Tut, além de reunir grande quantidade de material disperso e registrar a coleção sob a guarda de Hotel das Arras, cadastramos 21 sítios e levantamos informações verbais de 48

9 Pela SCIENTIA Consultoria Científica.

outros . Embora fosse grande a expectativa sobre o conhecimento que poderia ser gerado a partir da arqueologia, o estado não possuía condições para uma pesquisa de tal envergadura e sequer para o projeto de preservação que estava delineado. Entretanto, a abordagem pioneira foi suficientemente eloqüente para estimular a alteração de prioridades do Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul (Convênio IAP, UFMS, UNISINOS¹⁰) através de Pedro Ignacio Schmitz seu coordenador. Este projeto já está gerando dados sobre este imenso e peculiar ecossistema, conforme os trabalhos apresentados na VI e VII reuniões científicas da SAB, sobre o Projeto Corumbá, a formação dos aterros, a nova cerâmica, os petroglifos e o cadastramento e mapeamento de sítios arqueológicos (atualmente sob a responsabilidade de José Luiz Peixoto e Jorge Eremites de Oliveira).

Sensibilizamos alguns órgãos a absorver pessoal técnico na área, inclusive inserindo em seus “Planos de Cargos e Salários” o agente cultural ou arqueólogo. Como aconteceu com a Fundação Cultural do Mato Grosso que contratou o bacharel em arqueologia Tércio Soares Barreto, cuiabano. Durante alguns anos desenvolveram-se palestras, exposições, ações de campo e uma coletânea de títulos sobre o estado¹¹, até seu desligamento. Depois da extinção da FCMT e criação da FUNCETUR, o arqueólogo se reintegrou reassumindo a curadoria do material proveniente dos projetos da CODEMAT e da missão franco-brasileira Vialou além de acompanhamento do Termo de Cooperação vigente e a continuidade das ações de promoção. Entretanto, no caso das prefeituras a remuneração fornecida não era suficiente para atrair e sustentar um profissional de fora, o que reforçou a política de formação de pessoal local.

Neste sentido, ministramos o “Curso de Especialização para Técnicos em Preservação Arqueológica” que envolveria também a UFMT e a Fundação Centro Ensino Superior de Cáceres. Com público alvo definido, de nível universitário, e envolvendo também pesquisadores que atuavam no estado, o curso visava formar técnicos de nível médio, que pudessem atender às primeiras etapas de reconhecimento, sem alteração do registro físico.

10. Instituto Anchietano de Pesquisas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos, do Rio Grande do Sul.

11. “Bibliografia Geral I” Seção de Arqueologia - Fundação Cultural do Mato Grosso

Desta forma se otimizaria a ação dos arqueólogos, com os quais poderiam compor equipes e se aprimorar, nos meios formais de ensino, (quando fosse o caso). A iniciativa encontrou colaboradores, até junto ao empresariado local, mas devido ao ineditismo da iniciativa na arqueologia, que causou estranhamento interno e externo, a alguns imprevistos ligados à UFMT e à falta de acompanhamento direto, (ocasionado pela nossa transferência para a regional de São Paulo), e à própria dificuldade de aperfeiçoar a ideia frente às posturas e experiências tão divergentes dos arqueólogos, terminaram por deixá-lo latente.

Como foi relatado, à despeito do empenho, inúmeras das ações, registrados ou não se traduziram ainda em resultados concretos e talvez nem o façam, entretanto cumpre salientar a importância de se tentar a preservação de um patrimônio cuja destruição é irreversível.

Neste sentido, como apoio aos colegas da Casa que tem cotidianamente que fomentar ou responder à esta demanda elaboramos com a co-autoria de Catarina E. F. da Silva, a minuta de um manual interno de procedimentos, que visa agilizar e sistematizar as questões do gerenciamento, o qual, debatido e aprimorado, está em processo de edição, para ser implantado em 94, a nível nacional.

Desta forma, após dois anos e meio, pudemos observar que a 19 SR II / IBPC¹² (antigo ET/MT) tem sido receptiva, dado apoio e continuidade às questões, dentro de suas possibilidades e estrutura. Atende a denúncias e informações, divulga e promove o patrimônio e a legislação, apoia e orienta o trabalho pessoal não técnico, faz a curadoria de mais de 12.000 peças que estão armazenadas, mantém a estrutura passiva de laboratório de apoio aos pesquisadores que necessitarem e acompanha a questão ambiental (atualmente com os processos das Rodovias MT 248 e 388, Catuí Mineração Ltda, ZPE de Cáceres, PCH Aprovale, PCH Primavera e UHE Braço Norte II. Esta última já sob responsabilidade da SCIENTIA Consultoria Científica com apoio do IGPA/UCG).

Percebemos também que uma parcela da comunidade já sabe o

12. Aos cuidados da arquiteta Maria Clara Migliácio a 19 Sub-Regional II / Mato Grosso / está ligada à 14 Coordenação Regional / Brasília do IBPC / Ministério da Cultura, situada à Rua 7 de setembro, nº 390 - Centro - Cuiabá - CEP 78.005-040 Fone: (065)3229904.

que não é arqueologia e tem noção bem aproximada sobre seu significado, sabendo também para onde encaminhar as questões da área. Observamos que se aprimorou o perfil do patrimônio existente e propiciou-se o aumento do conhecimento produzido sobre a pré-história local. Abriu-se campo de trabalho, inclusive junto a inúmeras empresas que já tem consciência da necessidade das pesquisas arqueológicas no processo de qualquer empreendimento que altere o registro físico e em outras iniciativas, como o turismo, programação cultural, ...

Alguns amadores, prestaram serviços e se interaram em nossas atividades, reciclando sua visão sobre a matéria, eliminando suas atividades de coleta irregular, em respeito a preservação dos dados. Hoje mais informados sensíveis e cômicos de suas responsabilidades, neste contexto, se dedicam de forma mais objetiva e produtiva ao desenvolvimento da arqueologia. Concentram suas atividades na fiscalização periódica dos sítios de sua área de atuação, acompanham os trabalhos dos órgãos de preservação e dos profissionais em exercício. Eles próprios se especializaram mais e incorporaram estas ações às instituições privadas que fundaram, tendo, hoje, condições de dar guarda aos acervos regionais. Podemos citar o trabalho do ecologista e fotógrafo Mario Friedlander e de Eliana Martinez à frente da ARCA – Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente e do agente florestal José Guilherme Aires e da geóloga e paleontóloga Suzana Hiroka com o IPECA – Instituto de Pesquisas Curupira Arara. Ambas possuem sede próprias com equipamentos sendo que o último, possui oito estagiários e desenvolve um projeto autorizado de preservação arqueológica, coordenado pela citada geóloga, que é mestranda em arqueologia.

Pelas questões apresentadas é que consideramos importante divulgar as ações desenvolvidas porque demonstra a necessidade da adoção de novas estratégias que fogem à antiga dependência das políticas governamentais paternalistas, em direção ao trabalho integrado e sobretudo, com a participação da comunidade que tem maior versatilidade que os órgãos públicos.

Assim procuramos divulgar alguns aspectos da rotina do IBPC na Preservação Arqueológica, para demonstrar a necessidade de maior compreensão e apoio para estas questões. Sentimo-nos responsáveis

tambem por transmitir um panorama geral do estado, para tentar, com essa divulgação de informações, fomentar o necessário desenvolvimento de novas ações e pesquisas, que se desenvolvam, regularmente, e em tempo hábil de salvar um patrimônio cultural deste quilate.

Agradecemos aos colegas que forneceram dados não publicados; o apoio dos funcionários do IBPC, da 14 Coordenação Regional e 19 SR II, (em especial a arqueóloga Catarina Eleonora Ferreira da Silva). Agradecemos sobretudo à grande comunidade matogrossense que colaborou na realização destes trabalhos.

ABSTRACT: Support and preservation to archeological research. The IBPC in Mato Grosso. — We give an overview about the state and a profile of the patrimony, which is mostly concerned about the indian and black memories, as well as natural features and archaeological ones. In a planned and integrated way joined with goals, the Technical Bureau developed actions and activities, like the recycling of the view one has about archaeology. The identification and promotion of such goods, the regularization of the developed research, the improvement of National Register, the follow up of the environment issue, cooperation terms, the insert of the archaeology in developing projects, courses, lectures working groups, etc. It still provides a general contextualization of researchers acts from the past till nowadays, with some results, and give yet mainlines about destruction projects that are being developed there and equipments related to support of the archaeologiste, looking for catch new actions and researches to this very expressive patrimony of Mato Grosso.